

A EDUCAÇÃO REPUBLICANA E A OBEDIÊNCIA CIVIL EM MAQUIAVEL

REPUBLICAN EDUCATION AND CIVIL OBEDIENCE IN MACHIAVELLI

Nidal Alessandro Lima Abdalla¹

Luzia Batista De Oliveira Silva²

RESUMO: Este texto tem como objetivo entender por que Nicolau Maquiavel recorre à educação para superar os conflitos da Itália dividida, visando instaurar uma nova forma de governo – governo republicano. O filósofo historiador tem como ideal político e proposta de governo o retorno aos princípios da República Romana, ou seja, um ideal político fundado sobre a imitação dos bons costumes da Antiguidade, objetivando, com isso, atualizar e reproduzir, na Modernidade, uma *res-publica* romana. Vai se privilegiar, no campo da educação, o modo de vida ativo dos antigos em detrimento do modo de vida contemplativo – mantido pela tradição clássica – da religião cristã moderna. Adota-se o modo de vida ativo, pautado na liberdade e na virtude cívica como elementos basilares de imitação da Antiguidade para formar um novo governo republicano. Para Maquiavel, a educação permite modelar o comportamento do ser humano devido aos estímulos sociais e da natureza humana, de tal forma que se possa imprimir uma nova orientação para o curso das coisas, bem como, uma conformação coletiva, ou seja, uma obediência civil. Selecionamos algumas passagens da obra de Maquiavel, intitulada *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1979), conhecida também por *Discorsi*, acerca da história da Roma republicana.

PALAVRAS-CHAVE: Maquiavel, ética, educação, política, república

ABSTRACT: This article intends to investigate the reasons which led Niccolò Machiavelli to appeal to education in order to overcome the conflicts occurring in the divided Italy, in an attempt to establish a new form of government - the republican government. The historian and philosopher deems the return to the principles of the Roman Republic as a political ideal and a governing proposal, that is, a political ideal founded on the emulation of the good manners of Antiquity and therefore render



Vol. 13 Número Especial

Jul/Dez. 2017

Ahead of Print

¹Mestre em Educação pelo PPGÉ – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP no núcleo - Filosofia e História da Educação. Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR. Experiência no Ensino Médio, como professor de Filosofia e Sociologia, na cidade de Americana - SEE/SP. E-mail: nidalinfo@gmail.com

²Bacharel e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; Pós-Doutorado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP e Estágio Pós-Doutoral em Estética e Epistemologia pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Borgonha – Dijon/França. Docente nos Programas de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, Campus Itatiba. E-mail: lubaos@gmail.com / luzia.silva@usf.edu.br

a type of roman res-public in Modern Age. In the field of education, the active way of life from the ancient world is then privileged over the contemplative way of life of the modern Christian religion, which had been maintained by classical tradition. The active way of life is then adopted, being marked by freedom and civic virtue as basic elements of emulation of Antiquity in order to propose a new republican government. According to Machiavelli, education fosters the modeling of human behavior due to the social stimuli and the human nature, in a way that it is possible to imprint a new orientation for the course of things as well as collective conformity, that is, civil obedience. We have selected a few passages from the work of Machiavelli titled *Discourses on the first decade of Titus Livius* (1979), also known as *Discorsi*, on the history of the Roman Republic.

KEYWORDS: Machiavelli, ethics, education, politics, republic

Na contemporaneidade, predominam os sistemas político republicano e a solidez dos Estados nacionais, e em termos globais, torna-se premente analisar a estrutura política, a construção, a natureza, as finalidades, as exigências e as limitações desses sistemas.

Analisar esses sistemas ou fenômenos, pela perspectiva histórica das formulações de Nicolau Maquiavel (1469-1527), numa convergência com o campo da educação, nos parece uma forma adequada de estudar o autor. O modelo de Estado e a estrutura política tal como a conhecemos hoje são também um legado das teses de Maquiavel. Por isso, elas possibilitam uma melhor compreensão das questões políticas do nosso tempo. De acordo com Bath (1981), a metodologia de investigação de Maquiavel foi pioneira por ter como objetivo analisar a prática política do passado e do seu tempo histórico, explicitando, com clareza, a realidade da atividade política.

O rigor racional e a habilidade de observação empregados em suas obras constituem-se numa ciência política que não deixa espaços para abrigar sentimentalismos. Na perspectiva de uma leitura racional, suas obras são chamadas de maquiavelianas numa contraposição à conotação pejorativa maquiavélicas. Estudar a história de várias gerações é fundamental para conhecermos nossas próprias ideias e entender como chegamos a adquiri-las.

Maquiavel vive num período em que a Itália está dividida, insegura e 'insípida'. Para ele, as mazelas provocadas por tal divisão são consequência do modo de vida idealista e contemplativo adotado pelos seus contemporâneos. Ao defender a unidade italiana, objetivou uma construção de Estado laico, considerando a história e a sociedade como fenômenos humanos e naturais, se afastando de julgamentos e preconceitos doutrinários ou de condenações religiosas e morais.

Para combater o estado em que se encontrava a Itália, ao contrário de seus contemporâneos idealistas, depois de ter investigado o contexto histórico, procurou compreendê-lo, de modo realista, propondo o retorno da Itália aos princípios políticos tendo como base os bons costumes republicanos da Antiguidade greco-romana, ou seja, 'reproduzir', atualizando, na Renascença/Modernidade, a formação de um Estado republicano.

Seu método de investigação prima por estudar a sociedade mediante exame dos fatos humanos. O objeto de sua dedicação como historiador é a realidade política que emerge da prática para analisar o fenômeno social do poder normatizado na estrutura política do Estado e investigar como as instituições políticas se fundam, se desenvolvem, persistem e por que decaem. Conclui o pensador, depois de seus estudos sobre a Antiguidade e da sua proximidade com os poderosos da época, que os seres humanos são criaturas egoístas e ambiciosas e somente recuam da prática do mal quando são forçados pelo poder da lei. Os apetites são os mesmos em todas as sociedades, ou seja, o que é inerente ao ser humano tende a se repetir.

Dessa forma, quem analisa os fatos históricos do passado tem a possibilidade de prever o futuro de qualquer república, ou de ajustar a técnica de diagnóstico para pressupor algum resultado, dependendo, obviamente, da semelhança entre as circunstâncias do passado e do presente.

Um Estado é republicano quando dispõe de recursos de força suficiente para proteger o patrimônio público do privado, mas esse processo político carece da participação da população na vida política e na vida pública. Para tanto, Maquiavel abordará os recursos basilares de imitação da Antiguidade com o desejo de educar os seus contemporâneos, alterando o modo de vida contemplativo deles.

Mesmo não pensando, essencialmente, a educação como um educador, ele teve, a partir das observações que fez dos hábitos da vida social, as condições para ter uma formação psicológica e moral adequada, indispensável para o indivíduo tomar para si a responsabilidade de uma vida política num ambiente coletivo.

De acordo com o pensamento de Maquiavel, pode-se considerar que a educação torna possível modelar o procedimento do ser humano face aos estímulos sociais e à natureza de tal forma que ela possibilite imprimir uma nova orientação para o curso das coisas, bem como, a conformação coletiva, ou seja, a obediência civil. Assim sendo, os recursos de força da educação maquiaveliana, engendrados para sanar as lacunas deixadas pela natureza e para combater as adversidades da vida, separam a dimensão ética da dimensão política a fim de que se possa auxiliar/garantir a soberania de um Estado forte.

As formas de aquisição de pensar e agir no mundo não se aprende somente nas instituições de ensino, principalmente, antes do invento da escola pública para todos, aprendem-se na vida e na ambiência cultural da realidade criada pelo ser humano. Posto isso, é oportuno ressaltar que uma educação revolucionária, não pode objetivar somente os espaços formais de ensino, mas, também, envolver-se em todas as outras atividades em que a cultura e o hábito de interiorização almejados possam ocorrer.

Na perspectiva maquiaveliana (MAQUIAVEL, 1979, *Discorsi* I, 3, 1979), a educação representa duas ideias de conduta: o constrangimento e a persuasão. Se os seres humanos sempre agissem bem, não existiria necessidade da repreensão legal. Contudo, na maioria das vezes, mesmo quando enaltecem o bem, eles praticam o mal.

Ao analisar as teses de Maquiavel, especialmente, sobre o modo de vida contemplativo e o modo de vida ativa utilitarista, compreendemos o quanto estão relacionados com a virtude moral e a virtude cívica na Renascença/Modernidade. Demonstraremos que o autor não foi apenas o precursor de um novo tipo de fazer ciência política, mas, também, o influenciador do modo de fazer educação na Modernidade para atender a determinada estrutura política, como se pode constatar na obra *Discorsi*.

A formação do Estado moderno nasce a partir das monarquias nacionais que começaram a se unir no final do século XIV em Portugal e, no século XV, na França, Espanha e Inglaterra, produzindo a centralização e o fortalecimento do poder de seus respectivos governos. Em razão disso, a constituição de um governo central lhe permite ser o único detentor legítimo do poder com condição e capacidade para fazer e aplicar as leis, assim como, promover a cultura, que lhe interessa e lhe convém, sobre os seus domínios; significa, também, que, por ser o único detentor do poder, tem autoridade para exercê-lo sobre todos os que têm como função gerir e prestar serviços públicos.

Na contramão da formação de um Estado nacional com poder centralizador, Itália e Alemanha continuavam divididas em vários Estados à mercê de toda a sorte de disputas internas. Não obstante, principalmente a Itália, fracionada, era alvo constante da cobiça de seus vizinhos: Espanha e França.

Nesse contexto de crise, em Florença, todos tinham uma preocupação em comum: o temor de perder a estimada liberdade. Nicolau Maquiavel foi um patrício que

exerceu vários cargos públicos; foi secretário, embaixador, redator de tratados e viveu sob a crise da Itália dividida. É considerado um pensador brilhante, mas, também, um pensador trágico, aquele que escreveu e engajou-se como filósofo político, de forma ativa, em sua cidade natal, Florença. Via com preocupação o conflito e a instabilidade política vivida em seu país dividido. A sucessão de herdeiros dos Médici e a invasão sofrida pela Itália em 1494 serão dois fatos decisivos na vida de Maquiavel que produzirão efeito significativo no seu modo de pensar a política.

O nome Maquiavel, durante os séculos XVI e XVII, foi sinônimo de impiedade, e mesmo após esses séculos, ainda causa certo desconforto moral. No entanto, tal rótulo é, primeiro, resultado da ambiguidade de seu pensamento e, segundo, por certo desconhecimento ou incompreensão de sua obra fora de um contexto mais amplo que, influenciada pela visão religiosa medieval, gerou o mito do maquiavelista, sinônimo de política sem lealdade e maquiavelismo, com o significado de astuto, velhaco, doloso, de má-fé.

O equívoco mais grave de Maquiavel, talvez, tenha sido o de querer analisar e relatar, com extrema acuidade, nua e cruamente, sua observação e entendimento dos segredos ocultos do ser humano em sua época. Observação e entendimento que, muitas vezes, se tornaram indigestos em razão do comportamento do próprio ser humano. No entanto, o desconforto causado pelas obras do pensador florentino revela mais sobre a essência do ser humano do que sobre ele mesmo, o pensador Maquiavel.

As suas principais obras são: *O Príncipe*, escrita em 1513, a sua obra mais conhecida, debatida e, muitas vezes, incompreendida, a responsável pela (má) fama que Maquiavel ganhou, gerando, com isso, conflito entre ele e a religião. Trata-se da arte do exercício do poder, isto é, uma cartilha para um governante – príncipe ou para quem pretende conquistar e manter-se no poder e *Discorsi - Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, escrita no ano de 1517, em que desenvolve ideias republicanas, e a *História de Florença*, de 1520.

Das duas obras produzidas, *O Príncipe* e *Discorsi*, na primeira, defende uma forma de governo monárquico e na segunda defende uma forma de governo republicano, aparentemente, são obras contraditórias e referem-se aos dois momentos distintos de uma estratégia de ação política: primeiro, concebe-se a ação do príncipe em razão da necessidade de uma ordem como justificativa para se manter o poder absoluto; segundo, uma vez alcançada a estabilidade da ordem política e social, é possível e desejável a instalação de um governo republicano.

Para expor como deve ser o governo e a ação do indivíduo republicano, Maquiavel usa as expressões italianas **virtù** e **fortuna**. A *Virtù*, em português, significa virtude, que, no sentido grego, se refere à **força**, à **coragem** e à **liberdade** de viver do ser humano, de abraçar um modo de vida ativo, com qualidades capazes de levá-lo a realizar grandes feitos na história, diferentemente do indivíduo virtuoso da moral cristã medieval, que se quer bom e justo, mas de conduta contemplativa. Já a palavra *Fortuna*, em português, significa **ocasião**, **acaso** e **sorte**. *Virtù* e *Fortuna* se complementam. Por isso, não basta o indivíduo ser apenas virtuoso, se não souber aproveitar a fortuna, ou seja, a ocasião certa para agir examinando o curso da história.

Com Maquiavel, inicia-se um novo tempo de investigação política, tendo como princípio metodológico a especificidade do seu próprio objeto sem ser vinculado a normas válidas em outros campos. O autor subverte a abordagem tradicional da política feita pelos gregos e medievais. Trata-se de uma ciência política da teoria e técnica, entendida como disciplina autônoma. Desse modo, rompe com a forma de investigar e pensar o **bom** e o **mau** governo, a qual vinha, até, então, sendo utilizada.

Segundo a metodologia adotada por Maquiavel, analisadas as realizações que ocorreram no passado, os fatos em que os seres humanos são 'protagonistas' podem se repetir no presente? É essa constatação científica que levará o autor para uma “imitação dos

antigos”, marcando, com isso, seu lugar especial na história.

Ames (2008) afirma que, para Maquiavel, os seres humanos são, naturalmente, insaciáveis em seus apetites, os quais, impulsionados pelo movimento constante da natureza, têm necessidade de desejar tudo. Mas, sem nenhum controle interno, ignoram que, às vezes, o desejo incontrolável de ter as coisas é muito maior, está muito além daquilo que eles têm condições de ter. Não conseguir o que se deseja muito pode levar o ser humano à frustração. É oportuno ressaltar que todo desejo é essencialmente 'particular', **peçoal**, quando se quer algo apenas para si. Esse egoísmo é que leva os seres humanos se rivalizarem, a se digladiarem na 'luta' para conquistar o que desejam.

Comumente, a educação acaba sendo pensada como um recurso de força a fim de controlar a desordem intrínseca ao impulso do desejo e da natureza, impedindo que as consequências danosas recaiam sobre a vida política. Graças à educação, o homem é capaz de conhecer a natureza dos objetos, ou seja, saber a ordem de um fato e, assim, determinar, de antemão, o resultado das coisas. Assim, a educação torna possível modelar o procedimento do homem face aos estímulos sociais e os da natureza de tal forma que possibilite dar uma nova orientação para o curso das coisas e o bem coletivo.

Fundamentalmente, o Renascimento preconizou a volta aos valores e aos modelos da Antiguidade clássica greco-romana, contrapondo-os à tradição preservada pela religião cristã, na idade Média ou adaptando-os a ela. A tradição medieval manteve a conduta contemplativa pelas coisas, mas, com o tempo, ela foi perdendo força, sendo substituída, progressivamente, pela predisposição para uma vida mais interventiva e utilitária.

Essa diferenciação de valores, em resumo, ocorre entre a oposição ócio/negócio, prevalecendo esta última na forma de educação e, com efeito, no comportamento dos modernos, e, “A partir da distinção entre *otium*, liberdade para estudar e dedicar-se a ocupações literárias, e *negotium*, uma vida dedicada às atividades úteis, isto é, cívicas e políticas, os humanistas passaram a enfatizar o valor superior da vida ativa e civil” (RODRIGO, 2002, p.57. Dessa forma, “Tal tendência refletiu-se na concepção, liberando-a de uma visão que restringia aos eruditos e literatos: o humanismo deveria oferecer tanto uma disciplina e um método para o estudioso com uma educação visando formar o cidadão” (p.57), considerando-se que “O ideal educativo passou a incorporar a finalidade de dar formação humanista à boa cidadania, de modo a converter o indivíduo em membro virtuoso e ativo de sua república” (p.58). Assim, “O predomínio dessa perspectiva prolongou-se em Florença até os dias de Maquiavel, que também enfatiza a vida ativa em detrimento da contemplação [...]” (p.58).

Skinner (1996) pontua que Maquiavel era adepto das ações e valores definidos pelos humanistas. O pensador, contudo, queria mais, isto é, queria promover os grandes exemplos, os bons costumes e os feitos dos clássicos greco-romanos, atualizá-los e reproduzi-los na modernidade. A imitação da Antiguidade, adotada pelo movimento humanista, ocorreu também no campo das artes plásticas, na medicina, na arquitetura, nas letras e outros campos dos saberes. Contudo, isso não se deu na organização política. E é justamente por conta dessa 'lacuna' que Maquiavel propõe o retorno ao campo da história política de sucesso da Antiguidade, principalmente os exemplos romanos.

O autor apreciava o modo de vida e a energia coletiva relatados nos clássicos greco-romanos e não aprovava a conduta passiva dos adeptos da pregação e da moralidade religiosa da Igreja cristã moderna. Os mandamentos das escrituras sagradas produziam um bom efeito na imagem dos seus supostos praticantes, mas não eram condizentes com as práticas da realidade política. Na verdade, os mandamentos foram violados por interesse de poder, a começar pelos próprios pregadores da Igreja.

Mesmo fazendo incisivas críticas ao cristianismo moderno, o pensador florentino compreende que a religião sempre foi uma importante instituição educativa. A exaltação ao

paganismo antigo deve ser considerada dentro da perspectiva da inovação política pretendida pelo autor.

Já, a religião cristã lhe interessa na medida em que sirva como instrumento que coopere para a manutenção da ordem, contribua para o cumprimento das leis e o respeito dos cidadãos pelos dirigentes das instituições do governo. Por esse motivo, é fundamental ter cuidado ao se criticar o cristianismo na modernidade, passível de críticas, mas que não podem ser generalizadas.

A crítica maquiaveliana desaprova o modo de vida com base numa leitura meramente passiva do mundo. Por oposição à vida contemplativa, o pensador florentino tem outro modo de ver a realidade ao mesmo tempo, ativo e utilitário, que pode possibilitar à história tornar-se instrumento de educação na compreensão e aplicação do presente e do futuro. Se os contemporâneos não se utilizam do material histórico como um guia substancial para a vida, isso se deve, em boa parte, ao ócio disseminado pela educação da Igreja moderna, e por eles fazerem uma leitura dos clássicos e da história de maneira romaneada e não crítica. Se assim procedessem, poderiam enxergar a realidade que está posta diante dos seus olhos....

O sentido de culpa da religião em sua obra remete ao sentido de disseminar a preguiça/fraqueza quando adota o caráter contemplativo no mundo, o que resultou na geração do ócio político de alguns grupos e personalidades históricas. O pensador considera que o sentido de utilidade do material histórico só virá à tona por meio de um caráter ativo e verdadeiro.

O ócio político promove a deturpação dos costumes e também a corrupção política. Na concepção maquiaveliana, o período de paz derivado da indolência produz uma desordem, pela impossibilidade de saber fazer escolhas. “Na maioria das repúblicas, a discórdia nasce do ócio produzido pela paz – e o medo da guerra faz renascer a concórdia” (MAQUIAVEL, 1979 – *Discorsi II*, 25, p. 281). Todavia, a amplitude de interpretação a respeito do termo ócio tem conotações diferentes, porque “O ócio aparece em Maquiavel em três acepções distintas: como inércia (ou preguiça) que se opõe à energia (ou *virtù*)” (AMES, 2008, p.142); “como licenciosidade decorrente da ausência de controle por oposição à força disciplinadora da necessidade; como a situação que oferece um excesso de possibilidades de escolha: o ócio torna os homens mais lentos em lhes oferecer uma quantidade de alternativas” (p. 142).

São vários os sentidos que a palavra latina **ócio** pode apresentar; empregada em diversos contextos, seu significado, dificilmente, está de acordo com, “se encaixa” na concepção humanista renascentista maquiaveliana. Seu significado negativo, pejorativo (preguiça, vadiagem) vai contra o que prega o civismo, podendo, por isso, trazer danos à vida ativa.

Já na introdução dos *Discorsi*, Maquiavel reclama a falta de compromisso dos homens do seu tempo com as lições e orientações da história para organizar o Estado. Afirma estar convencido de que a causa dessa falta é consequência da perda de conhecimento do sentido histórico: “A causa disto, na minha opinião, está menos na fraqueza em que a moderna religião fez mergulhar o mundo” (MAQUIAVEL, 1979 – *Discorsi I*, p.18), bem como, “nos vícios que levaram tantos Estados e cidades da Cristandade a uma forma orgulhosa de preguiça, do que na ignorância do espírito genuíno da história” (p. 18). Também está na “Ignorância que nos impede de aprender seu sentido real, e de nutrir nosso espírito com sua substância” (p. 18).

Maquiavel enaltece os valores pagãos criticando aspectos do cristianismo da época. A primeira causa revela a *virtù*, a segunda causa é educadora do **ócio**. A religião tem influência educativa direta no comportamento dos homens. A causa de os homens do seu tempo serem, espiritualmente, menos fortes que os antigos, pode estar na diferença da

educação de ambos. A religião dos antigos apresenta um conjunto de características substanciais à formação das pessoas: afeição e interesse pela liberdade.

As religiões antigas, por outro lado, só atribuíam honras divinas aos mortais tocados pela glória mundana, como os capitães famosos, ou chefes de estado. Nossa religião, ao contrário, só santifica os humildes, os homens inclinados à contemplação, e não a vida ativa. Para ela o bem supremo é a humildade, o desprezo pelas coisas do mundo. Com efeito, nossa religião, mostrando a verdade e o caminho único para a salvação, diminuiu o valor das honras deste mundo. Os pagãos, pelo contrário, que perseguiam a glória (considerada o bem supremo), empenhavam-se com dedicação em tudo que lhes permitisse alcançá-la (MAQUIAVEL, 1979 – *Discorsi* II, 2, p. 205).

A concepção de educação que Maquiavel aceita diz respeito à valorização de uma vida ativa em contraposição a uma vida apenas contemplativa. Isso está de acordo com a ideia de que o ser humano pode intervir no mundo. Mesmo que a *fortuna* seja o elemento limitador da ação humana, ainda, que imprevisível, há espaço para alterar as condições da natureza para uma melhor sorte. Nesse sentido, Maquiavel não aceita as condições de um determinismo absoluto e, tampouco, qualquer justificativa para a passividade humana.

Mas quando os argumentos racionais são ineficazes para convencer as pessoas, o poder da religião torna-se um importante recurso de persuasão para que se chegue a um consenso.

Quem examinar os atos importantes devidos a todo povo romano reunido, ou grupos de cidadão, verá que os romanos respeitavam seus juramentos mais ainda do que as leis, convencidos do que estavam de que a potencia dos deuses é maior do que a dos homens. (MAQUIAVEL, 1979 – *Discorsi* I, 11, p. 57).

A religião tem papel fundamental não somente quando da criação das leis, como, também, das instituições e, em especial, na fundação do Estado: “De fato nenhum legislador outorgou ao seu povo leis de caráter extraordinário sem apelar para a divindade, pois sem isto não seriam aceitas” (MAQUIAVEL, 1979 – *Discorsi* I, 11, p. 58).

A aprovação de Maquiavel no que tange à conduta do paganismo deve-se ao fato do uso político que os romanos fazem da religião, que atendia aos seus interesses, ou seja, expansão dos seus domínios, repressão das desordens sociais e promover reformas do Estado. Para isso, recorriam ao auxílio e à proteção dos deuses. Ele considera que um dos motivos da corrupção e da decadência na Itália é consequência da deterioração da instituição Igreja Romana e a degradação moral, sobretudo, de cardeais:

E como em toda a parte onde reina a religião se acredita na prevalência do bem, pela mesma razão se deve supor a presença do mal nos lugares onde ela desapareceu. É, portanto a Igreja e aos sacerdotes que os italianos devemos o estar vivendo sem religião e sem moral; e lhes devemos uma obrigação ainda maior que é a fonte da nossa ruína: a igreja tem promovido incessantemente a divisão neste mal fadado país – e ainda promove (MAQUIAVEL, 1979 – *Discorsi* I, 12, p. 62).

Para o autor, em sentido positivo, a religião tem um importante caráter educativo que constitui fundamento de toda educação moral e cívica, dos bons costumes e até mesmo de estabilidade do Estado. Os governantes devem respeitar e incentivar a propagação da religião de seu povo, enquanto fator de aprimoramento moral e cívico.

Dos trechos selecionados dos *Discorsi*, focamos nossa análise nos elementos referentes à imitação dos Antigos; elementos que dizem respeito às qualidades que caracterizam a virtude cívica na constituição da república maquiaveliana.

Maquiavel (1979 - *Discorsi* III, 27), nesse fragmento, retoma a sua crítica à indiferença dos modernos a respeito da não imitação dos antigos para organizar a política e discutir qual a melhor estratégia para unificar um Estado dividido entre poderes rivais. Os

políticos não procuram imitar os antigos por julgarem tratar-se de algo impossível. Maquiavel opõe-se a isso argumentando que, devido à estabilidade da natureza, “[...] todas as coisas humanas são tratadas por pessoas que têm e terão sempre as mesmas paixões, não podem deixar de apresentar os mesmos resultados” (MAQUIAVEL, 1979 – *Discorsi* III, 43, p. 449).

Contudo, não se trata de uma aparente facilidade de imitação, nem de uma interpretação e/ou analogia simplista/s diante da tese maquiaveliana da imitação que apresenta dois princípios opostos: o constante movimento e a estabilidade das coisas. Entretanto, não é, simplesmente, uma cópia, ou reprodução exata de uma experiência bem-sucedida ou um mero processo de aplicação mecânica, dado que,

Para apreender a natureza da imitação em Maquiavel, é preciso levar em conta outro princípio de seu pensamento, antagônico ao anterior: a afirmação do perpetuo movimento das coisas humanas, da sua constante variação tal como se exprime na ideia de *fortuna*. A defesa dos princípios antagônicos do movimento e da estabilidade não pode, porém, ser reputada como contraditória, uma vez que eles se articulam no interior do pensamento maquiaveliano (RODRIGO, 2002, p. 65, grifo do autor).

Por isso, nem tudo que a história propõe é, necessariamente, imitação, assim como, nem todo exemplo é adequado, aproveitável ou viável. Do critério maquiaveliano, pode-se deduzir que o passado precisa ser investigado de forma crítica e que tenha condição de responder melhor, mais adequadamente, quando há uma necessidade. Uma vez, previamente estipulado o que, em princípio, é digno de elogio ou restrição, passa-se da teoria à prática. Após criterioso processo seletivo, torna-se a história passada, digna de imitação, em mestra do presente e do futuro.

Para tanto, no contexto do pensador florentino, será preciso superar a inércia presente na educação e recuperar a *virtù* perdida pela adulteração das características originais provocadas pelo comportamento religioso medieval. A virtude perdida que Maquiavel quer recuperar e aplicar é a “virtude cívica” republicana contida no exemplo dos antigos romanos em favorecimento do bem comum. Com isso, Maquiavel não almeja alcançar uma melhora moral do indivíduo, como a virtude cristã, mas, sim, a formação do “bom cidadão”. Não tem por finalidade formar um “ser humano bom”, mas, sim, um “ser humano cidadão”. O bom cidadão, na concepção maquiaveliana, é aquele que age a favor do bem coletivo antes do bem particular.

A virtude cívica desenvolve nos homens à capacidade de servir a pátria até com a própria vida, se necessário. Em segundo lugar, à coragem: o cidadão dotado de virtude cívica não teme defender a cidade ou expandir seus domínios sempre que isso se mostra necessário para conservá-la livre. Em terceiro lugar, à religiosidade: o bom cidadão é temente a Deus o que faz com que respeite os preceitos legais como se fossem mandamentos divinos. Em quarto lugar, à repugna ao ócio: o ideal de homem está vinculado à vida ativa e produtiva e não à contemplação e meditação, como é para o pensamento medieval-cristão (AMES, 2008, p. 143).

Então, para Maquiavel, a virtude moral não tem valor em si, mas é considerada importante na medida em que causa dano à formação do bom cidadão. Ames pontua que há uma distinção entre a virtude moral e a *virtù* republicana:

Se Maquiavel se interessa pelo 'bom cidadão' e não pelo 'homem bom' não é porque considera irrelevante o último, e sim porque, como pensador político e não teórico da moral, se preocupa com as condições de possibilidade para o estabelecimento de uma república estável e duradoura (AMES, 2008, p. 143).

A virtude cívica republicana está na forma de governo como o Estado se constitui de modo a atender o interesse geral dos cidadãos. Tal virtude está liberta de um interesse de poder exclusivamente particular, por exemplo, o da monarquia. Já, “numa monarquia: com frequência, o que o monarca faz em seu próprio interesse prejudica o Estado - e o que beneficia o Estado é nocivo aos interesses particulares do monarca.” (MAQUIAVEL, 1979 – Discorsi II, 2, p. 204). De onde nasce o interesse pela liberdade dos povos? Essa questão tem um importante viés socioeconômico tanto para o indivíduo quanto para as cidades, como nos mostra Maquiavel em suas observações.

[...] a experiência nos mostra que as cidades crescem em poder e em riqueza enquanto são livres. É maravilhoso, por exemplo, como cresceu a grandeza de Atenas durante os cem anos que se sucederam à ditadura de Pisístrato. Contudo mais admirável ainda é a grandeza alcançada pela república romana depois que foi libertada dos seus reis. Compreende-se a razão disso: não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados; mas o interesse coletivo. E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos. Se uma certa medida prejudica um ou outro indivíduo, são tantos os que ela favorece, que se chega sempre a fazê-la prevalecer, a despeito das resistências, devido ao pequeno número de pessoas prejudicadas (MAQUIAVEL, 1979 – Discorsi II, 2, p. 203-204).

Desse modo, fica patente, com o que foi dito e afirmado, até agora, que não é inata, no ser humano, uma virtude cívica; ela é alcançada no processo de formação humana, ou seja, na realização inerente à educação. As qualidades da *virtù* são cultivadas e inculcadas no ser humano por meio de um processo cultural formativo. Com efeito, o processo educativo tem a possibilidade de formar o homem, dotando-o de qualidades para ser um bom cidadão ou fazer dele um preguiçoso insolente. A educação republicana é o exercício que desenvolve, nos homens, a virtude cívica e os leva a proceder de forma coletiva.

Nesse processo de governo participativo, como será que se desenvolvem os feitos da vida privada? A glória faz parte dos apetites humanos e pode ser conquistada pela via privada desde que não afete, negativamente, as normas da política comum. O perigo da via privada é que ela pode implicar no desabono do Estado: “O cidadão ambicioso pode aproveitar-se da reputação adquirida para usurpar o poder e instituir uma tirania.” (RODRIGO, 2002, p. 89). Pode-se identificar, nos *Discorsi*, uma preocupação constante do pensador para impedir a possibilidade de uma tirania que coloque em risco a liberdade do Estado de bem comum. Ainda, segundo esse autor, quanto à preservação da liberdade republicana: “Uma das formas de vigiar a liberdade, para que não sucumba à tirania, consiste em adotar uma conduta política na severidade e rigor” (p. 88).

Ao contrário dos modernos, que criticavam os conflitos que perturbavam o governo dos antigos romanos, Maquiavel não desaprova, de todo, uma república onde há tantos exemplos de *virtù*, “[...], pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente” (MAQUIAVEL, 1979 – *Discorsi* I, 4, p. 31-32). É essa dinâmica de reciprocidade que assevera o sucesso da república. De nada adianta haver boas leis se não houver boa educação para imprimir e garantir a virtude cívica. É obvio que que nem tudo se resolve de forma espontânea, mas os conflitos com o governo, nessa razão, são vistos como instrumentos de aprimoramento político.

A educação, como elemento da dinâmica de reciprocidade entre ela e a virtude cívica, objetiva alcançar o respeito mais pelas instituições do que propriamente pelas pessoas. Mais importante que as próprias leis, numa república, é a moralidade oriunda da virtude cívica, visto que as leis se fazem inoperantes diante da falta de virtude cívica, condição imprescindível para o estabelecimento e a manutenção do Estado republicano.

Importante, como observa Lidia Maria Rodrigo (2002), perceber que o florentino não pensou a educação no sentido de uma nova teoria educacional a fim de desenvolver as habilidades e saberes nos seres humanos que não fosse a de valorização da boa conduta cidadã. Nessa perspectiva, o objetivo final maquiaveliano para a educação é educar o ser humano para que ele possa conviver com os demais dentro de uma moral coletiva de respeito à estrutura política.

Para o florentino, é primordial que o povo tenha internalizado a compreensão da ideia de liberdade e virtude cívica. Há necessidade de confiar à população a preservação da liberdade para que ela própria possa garantir a participação em defesa da política e da vida pública. Para que o povo viva e aja como defensor de seu território, o julgamento de uma nação, em última análise, deveria ser feito pelo seu próprio povo. É preciso ter sempre muitos juizes, porque poucos juizes têm disposição para julgar e favorecer a minoria. Não há nenhuma nação forte sem uma participação ativa das pessoas, mas também não há nação livre sem a participação da maioria na vida política e na vida pública do seu Estado.

Em suma, esses são alguns pressupostos que consideramos relevantes para o entendimento da formação da educação e da ciência política moderna em Maquiavel. A noção de Estado, as relações sociais, as competições, os jogos de interesses particulares e a estrutura política moderna da forma como a conhecemos hoje, em muito, assemelham-se à elaboração das teses do precursor florentino.

A leitura das obras clássicas nos permite perceber o quanto elas são importantes para compreensão do desenvolvimento histórico das atividades humanas do presente, cuja permanência permite abordarmos questões humanas para além do seu e do nosso próprio tempo.

Os *Discorsi* analisam o governo republicano competente e a necessidade de tolerância à divergência interna de apoio público ao governo/Estado. A investigação da história é fundamental para se conhecerem os modos de vida que se repetem. Isso facilita a técnica de diagnóstico e a previsibilidade das ações do ser humano. Dessa forma, a educação molda o comportamento ao estimular e controlar as ações do homem. Por isso, a necessidade do conhecimento histórico para a imitação dos antigos, pois, aí, encontram-se os modelos que se repetem. Contudo, nesse processo, o ser humano fica subordinado ao condicionamento político do Estado.

Considerando toda a análise feita, vimos que a Igreja cristã educa para formar fiéis, o Estado educa para formar cidadãos e quem será que educa o indivíduo para ser ele mesmo?

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- AMES, José Luiz. Maquiavel e a educação: A Formação do Bom Cidadão. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, 31 (2): p. 137-152, 2008.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- BATH, Sérgio. Traduzindo Maquiavel. **MAQUIAVEL: um seminário na Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 1981.
- BIGNOTTO, Newton. **Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a nova reflexão política**. In MAINKA, Peter Johann (org.). *A caminho do mundo moderno: concepções clássicas da Filosofia Política no século XVI e o seu contexto histórico*. Maringá: EDUEM, 2007.
- _____. **Maquiavel passo a passo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. (2 volumes). 5.ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- DE GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no Inferno**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- MACHIAVELLI, Nicolò. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. de

Sergio Bath. Brasília: UnB, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 2003. (Coleção Os Pensadores).

FRATESCHI, Yara; MELO, Rúrion Soares (Coords.). **Manual de Filosofia Política** - Para Os Cursos de Teoria do Estado e Ciência Política. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RODRIGO, Lidia Maria. **Maquiavel**: Educação e Cidadania. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SKINNER, Quentin. **O ideal de liberdade**. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza (orgs). **O pensamento político clássico**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Educação e Política ou sobre a possibilidade de efetivar princípios**. In Vaidergon, José (org). O direito a ter direitos. Campinas: Autores Associados; Araraquara: Unesp. 2000. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 74).

WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política** – Coleção Fundamentos Vol. I. São Paulo: Ática, 2003.

Recebido em: 05/09/2017

Aprovado em: 11/12/2017